

A CONSTRUÇÃO DE DATIVO COM INFINITIVO: UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVISTA E DIACRÔNICA

Tiago Timponi Torrent (Universidade Salgado de Oliveira)

RESUMO: A Construção de Dativo com Infinitivo é caracterizada, sintaticamente, pelo esquema *para x infinitivo* e, semanticamente, pela existência de um elemento em que são comprimidos e mesclados os papéis de Beneficiário e Agente, ou Experienciador; por um esquema de significado que aponta para um evento que se constitui em uma resultante virtual de uma ação ou de um contexto; e pela noção de finalidade emergente. A análise é desenvolvida a partir da Gramática das Construções de linha goldbergiana e da Teoria da Mesclagem.

Palavras-chave: Construção de Dativo-com-Infinitivo; Construções; Sociocognitivismo; Mesclagem; Língua Portuguesa.

Introdução

Processos cognitivos são projeções entre domínios¹, sejam eles de natureza conceptual, simbólica ou comunicativa. Quando processamos algum tipo de informação em um processo de interação, ativamos espaços mentais e realizamos projeções seletivas entre eles, criando, com base em domínios previamente ativados, novos domínios.

Já em 1996, Fauconnier e Turner escrevem sobre a centralidade do processo de *mesclagem* em relação à gramática no artigo “*Blending as a central process in grammar*”, mas é em 2002 que publicam uma obra definitiva sobre o assunto. Em *The Way We Think – Conceptual Blending and The Mind’s Hidden Complexities*, os autores postulam que os processos cognitivos humanos se dão através da ativação de espaços mentais em redes que se constroem pela projeção seletiva de elementos advindos de outros espaços. Cada rede é formada por, no mínimo, quatro espaços mentais: um espaço genérico, dois espaços-fonte e um espaço-mescla.

Este tipo de processamento não se aplica apenas aos aspectos semânticos de uma interação lingüística, mas também a suas características formais. Assim, da mesma forma que mesclamos conceitos em busca de novos esquemas semânticos, também somos capazes de mesclar formas em busca de novas construções lingüísticas². Tal proposta de explicar formas lingüisticamente complexas como integração de construções previamente existentes, anunciada em várias cooperações de Fauconnier e Turner, pelo menos desde 1995, é substanciada na tese de doutorado de Nili Mandelblit, de 1997.

Segundo tal proposta, resumida por Fauconnier e Turner (2002) no capítulo 17 de *The Way We Think*, para cada integração conceptual existe uma integração de formas lingüísticas, o que caracteriza uma espécie de releitura mais processual do pareamento forma-sentido proposto por Goldberg (1995). Esta releitura enriquece a abordagem construcional da

timponitorrent@terra.com.br

gramática, uma vez que passa a analisá-la – a gramática – de forma mais integrada, levando em consideração a sua função principal que é a de ser um equipamento eficiente o bastante para alimentar os processos de compressão e descompressão que os participantes do processo interativo precisam realizar no seu esforço de mútua compreensão.

Cada forma lingüística, segundo Mandelblit (1997), é o produto de uma integração formal que é capaz de ativar ou desencadear o processo de integração conceptual correspondente. A autora desenvolve em sua tese “uma análise do processamento de sentenças (geração e interpretação) como sendo um caso de operações de mesclagem conceptual e lingüística, como se estruturas gramaticais servissem de marcadores formais de tais operações conceptuais” (MANDELBLIT, 1997, p.2). Afirmando mais adiante que “símbolos lingüísticos, em particular, parecem estar associados a (e, por essa razão, também despertam ou ativam) alguma forma de representação conceptual. (...) Considera-se que o processo de *integração lingüística* seja paralelo a um processo de *integração conceptual*” (MANDELBLIT, 1997, p.2).

Esta proposta é consoante com a visão de Fauconnier e Turner (2002). Os autores afirmam que, dentro de uma dada sociedade, uma série de padrões de compressão muito usuais acabam por se tornar convencionais e são associados a formas gramaticais bastante características (FAUCONNIER & TURNER, 2002:353). Esses padrões de compressão específicos configuram redes de integração, tanto formal quanto conceptual, específicas, fazendo com que unamos duas coisas em nosso processamento mental: um significado específico e uma forma específica.

Nas palavras dos próprios autores:

Nós podemos unir duas coisas mentalmente de várias maneiras. Mesclá-las é um subtipo dessas maneiras, e as mesclas que satisfazem os princípios reguladores são um subtipo ainda menor. Um subtipo menor ainda consiste naqueles padrões centrais de compressão que estão internalizados em uma dada cultura. O próximo subtipo abaixo consiste naqueles padrões centrais de compressão internalizados que se associam a formas gramaticais. (FAUCONNIER & TURNER, 2002:353)

Tal associação não se dá de forma totalmente direta, ou seja, a forma lingüística não oferece todas as informações sobre o evento ao qual se relaciona; ela apenas marca os caminhos que devem ser descobertos pelos seres humanos envolvidos no processo comunicativo quando estes forem descomprimir a referida forma, realizando, por si mesmos, as integrações conceptuais necessárias para que se chegue ao entendimento. Por outro lado, assim como os espaços mentais, as formas lingüísticas também têm existência cognitiva, sendo, portanto, possível mesclá-las, da mesma forma que mesclamos qualquer outra entidade conceptual. Esta possibilidade de mesclar formas lingüísticas abre as portas para um novo processo de herança não descrito por Goldberg (1995) mas que desempenha papel vital na criação de novas construções na língua, incluindo-se entre elas aquela que nos propomos analisar neste trabalho.

1. A construção de dativo com infinitivo

Com base na perspectiva teórica muito brevemente delineada na introdução, nossa proposta neste trabalho é a de postular a existência da construção de Dativo com Infinitivo, caracterizada pelo esquema sintático *para x infinitivo*, em que o elemento *x* pode ser substituído por qualquer Nominal Dativo, seja ele um Pronome, Nome ou um zero morfológico – PRO. Vejam-se os exemplos abaixo:

- (1) Sabe que eu nunca pensei assim em botar uma casa. O homem vai botar uma casa **para mim morar**. Eu nunca pensei nisso. (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)
- (2) A primeira coisa que ia fazer, ver, assim... o pessoal que mora em favela, procurar fazer de tudo **para eles ficarem** melhor. (PEUL/UFRJ – 22f17a2emcurs)
- (3) Isso eu ia procurar mesmo, sabe, criar mais assim, lugar assim para criança, essas coisas, mais área verde **para as crianças poderem crescer** num ambiente, assim, mais... mais natural, não é? (PEUL/UFRJ – 22f17a2emcurs)
- (4) Quando eu cheguei no hospital **para PRO ter ela**, aí eu tive ela. Aí, pegou, quando eu acabei de ter ela, eu perguntei assim: “Doutor o que que foi?” Aí o médico falou assim: “Foi um homem.” (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)

Obviamente, fica clara a semelhança entre o nome dado a esta construção e aquele das construções que, já no Latim, possuíam o Sujeito de um Infinitivo indicado por um elemento formal Acusativo, isto é, o célebre ACI – Acusativo com Infinitivo, ou, para os mais clássicos, *Accusatiuus cum Infinitivo*.

Tal semelhança tem uma razão de ser. A primeira coincidência entre as duas construções, não relativa à acronímia, é o fato de ambas ocorrerem em Latim ainda bem antes de sua deriva para o Português. A segunda deve-se ao fato de que em ambas há um elemento Sujeito do Infinitivo ao qual é atribuído um caso que não o Nominativo. O que propomos é que, da mesma forma que, no ACI, o Pronome Acusativo, ou Oblíquo Átono, acumula as funções de Objeto e Sujeito, de Tema e Agente – ou Experienciador –, o Pronome Dativo, ou Oblíquo Tônico, no DCI, é ao mesmo tempo Complemento Oblíquo e Sujeito, Beneficiário e Agente – ou Experienciador.

Voltaremos mais a diante a tocar nestes pontos, sendo que agora o que nos concerne é justificar porque postulamos a existência desta Construção no Português.

Conforme Goldberg (1995), postular a existência de uma construção tem como condição *sine qua non* o fato de que uma construção só existe caso não seja igual a nenhuma outra já existente. Pois bem, podemos identificar em nossa língua uma Construção Transitiva Transferencial, herdada pela mesclagem de Construções Transitivas, tais como ‘*Ela compra roupa*’, com aquelas Transferenciais, cujo esquema sintático é *para x*. A referida Construção Transitiva Transferencial é constituída por um elemento que é Agente e atua sobre um Paciente fazendo com que o mesmo se transfira para um Beneficiário, ou Destinatário. Veja-se o exemplo:

- (5) Às vez ela **compra roupa para mim, para o meu pai, para ela**, com o dinheiro dela. (PEUL/UFRJ – 24f15a8efcurs)

Este esquema construcional pode se ligar por links a outras construções em que a transferência de posse seja condicionada por fatores externos, ou em que a mesma seja uma promessa feita a alguém, mas não realizada ainda. Para uma boa quantidade de exemplos de links desta Construção, vide Goldberg (1995, p.75), desde que seja feita a ressalva de que tais links não seriam polissêmicos, mas sim condicionados pelas relações metafóricas entre as construções. A Figura 1 representa uma Construção Transitiva Transferencial prototípica em Português.

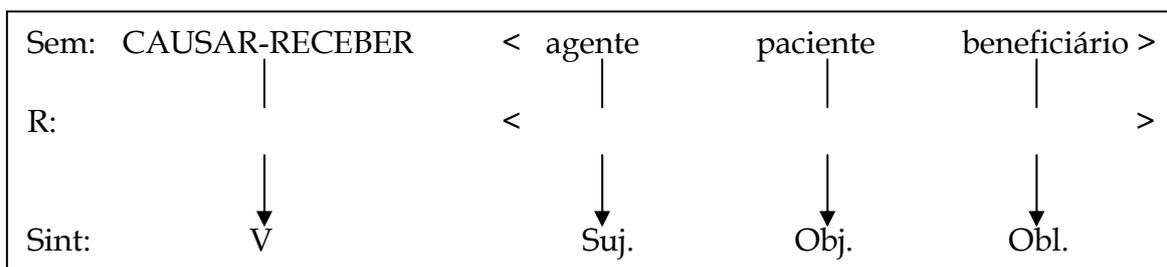


Figura 1: A Construção Transitiva Transferencial

Sabemos também que há em Português uma Construção Transitiva Básica, em que um Agente age sobre um Paciente.

- (6) **Arrumo a casa, lavo a roupa**, às vez, quando eles vem lá de Brasília para aí, deixa a roupa. (PEUL/UFRJ – 04f25a3efcurs)

Tal Construção pode ser representada protipicamente conforme a figura abaixo.

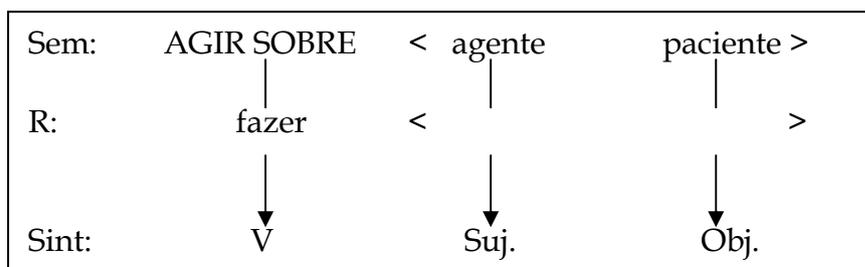


Figura 2: A Construção Transitiva Básica

Pois bem, na primeira podemos ter facilmente um Pronome ou Nome Dativos que ocupem a função de Beneficiário, afinal, sentenças como *'Ele mandou o livro pra mim'* são muito frequentes em Português. Já na segunda, pode também ocorrer um Pronome ou Nome na posição de Agente, gerando sentenças como *'Eu lerei o livro'*. Porém, em nenhuma das duas existe um elemento que seja capaz de amalgamar as duas funções, a de Beneficiário e Agente. Sendo assim, dada essa capacidade do Nominal de comprimir estes dois papéis temáticos, o DCI se torna, de fato, uma Construção do Português, herdada das duas acima, conforme veremos no próximo item.

1.1. O Processo de Herança do DCI

Propomos que o DCI tenha surgido através de um processo de Herança por Mesclagem entre as construções Transitiva Transferencial (Fonte 1) e a Transitiva Básica do Português (Fonte 2) e que, neste processo ocorre uma compressão de dois Papéis Temáticos em um único elemento da Mescla, qual seja o Nominal Dativo. Cabe lembrar aqui que, assim como o que ocorre para os conceptuais, domínios formais também podem ser mesclados, já que são também unidades mentais do processamento cognitivo. A Figura 3 mostra como se dá este processo projetivo.

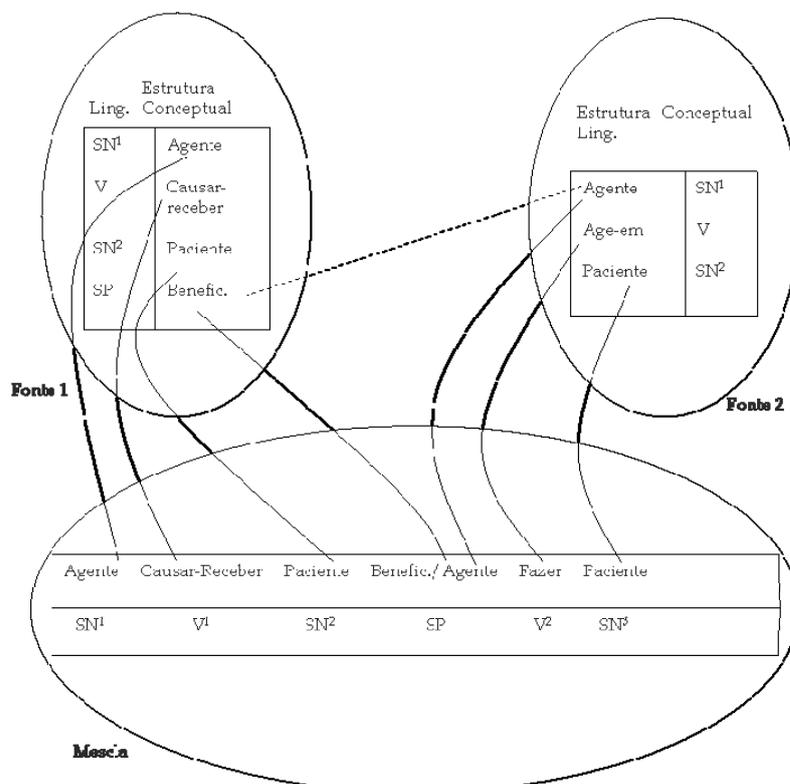


Figura 3: O Processo de Herança por Mesclagem do DCI

É importante

ressaltar nessa representação o fato de que os papéis de Beneficiário da Fonte 1 e de Agente da Fonte 2 são comprimidos em um só elemento na mescla. Esta compressão é o centro do processo de herança do DCI. É ela que o torna uma Construção diferente daquelas às quais está ligada, já que é através desta compressão que surge a possibilidade de representar um evento em que um dado participante seja, ao mesmo tempo, Beneficiário e Agente.

Cabe também observar que, em muitos casos, ocorre uma dependência referencial dos Objetos Pacientes, já que, muitas vezes, o Objeto do Verbo Infinitivo será o mesmo Paciente da transferência.

Faz-se necessário ainda explicar que a relação de causatividade que existe entre os dois eventos se dá de forma muito peculiar, tendo em vista que o segundo evento (Fonte 2) não ocorreu de fato, representando apenas um resultado possível da ação do evento causador, ou, conforme veremos mais adiante, a finalidade desta ação.

Ao levantarmos os dados de ocorrência do esquema *para x infinitivo*, nos deparamos com uma grande variedade de instanciações deste, cada qual com suas especificidades. Porém, apesar de apresentarem traços particulares, todas elas mantêm três características fundamentais, quais sejam: (a) a existência de um elemento formal em que são comprimidos e mesclados os papéis de Beneficiário e Agente, ou Experienciador; (b) o esquema de

significado da Construção que aponta para um evento que se constitui em uma resultante virtual de uma ação ou de um contexto e (c) a noção de finalidade emergente no esquema de significado do DCI.

Quando postulamos a existência desta noção de finalidade emergente, queremos dizer que é sempre possível inferir que a ação representada pelo Verbo Infinitivo é uma finalidade relacionada ao Verbo anterior ou ao contexto como um todo. Independentemente de ser ou não prevista pela valência do Verbo, a Construção *para x infinitivo* indica que há um fim a ser atingido e este está sempre relacionado à ação indicada pelo Verbo Infinitivo.

A noção de finalidade não é condicionada pelos Verbos Finitos ou pelo contexto, ela surge a partir do momento que se emprega o DCI. Dizemos, portanto, que esta noção de finalidade é um esquema que emerge no processo de integração conceptual, ativado pela integração das formas que compõem a Construção em questão. Isto significa dizer que não há nada naqueles elementos que estão adjacentes ao Dativo com Infinitivo – e que a ele estão relacionados – que faça com que essa noção seja interpretada pelos participantes do processo interativo.

Tudo nos leva a crer que é a própria Construção que cria este esquema semântico uma vez que estudos há em Linguística Cognitiva que apontam, através de uma análise diacrônica, para a existência de uma relação entre o esquema de significado básico do Dativo e o da finalidade. Estamos nos referindo ao artigo “Grammaticalization and Semantic Bleaching”, de autoria de Eve Sweetser, no qual a autora cita um trabalho de Genetti sobre as línguas bódicas, nas quais os morfemas casuais de Dativo haviam se transformado em conectivos que indicavam finalidade. A autora esclarece que tal processo foi possível pois, assim como o Dativo pressupõe um esquema semântico que envolva a noção de transferência (uma vez que há um Beneficiário ou um Prejudicado), a finalidade também pressupõe esta noção, já que pode ser vista como o alvo da transferência, ou, em outras palavras, como o fim do deslocamento metafórico que se deve fazer para que se atinja um objetivo.

Alcançar um objetivo é, metaforicamente, chegar ao fim de um caminho e é a partir dessa semelhança entre a conceptualização do Dativo como o alvo da transferência e da finalidade como o alvo da transferência metaforizada que emerge o esquema de finalidade do DCI.

Formalizando nos termos da teoria da mesclagem o que dissemos acima, temos que o esquema sintático *para x infinitivo* transforma um elemento qualquer de um espaço-base em um Beneficiário em potencial do evento relacionado a este espaço. O Beneficiário estabelecido pelo esquema sintático existe em um outro espaço, também criado pelo mesmo esquema, no qual, além de ser Beneficiário é também Agente ou Experienciador do evento resultante virtual, o qual, por sua vez, é marcado pela noção de finalidade que emerge na criação do espaço.

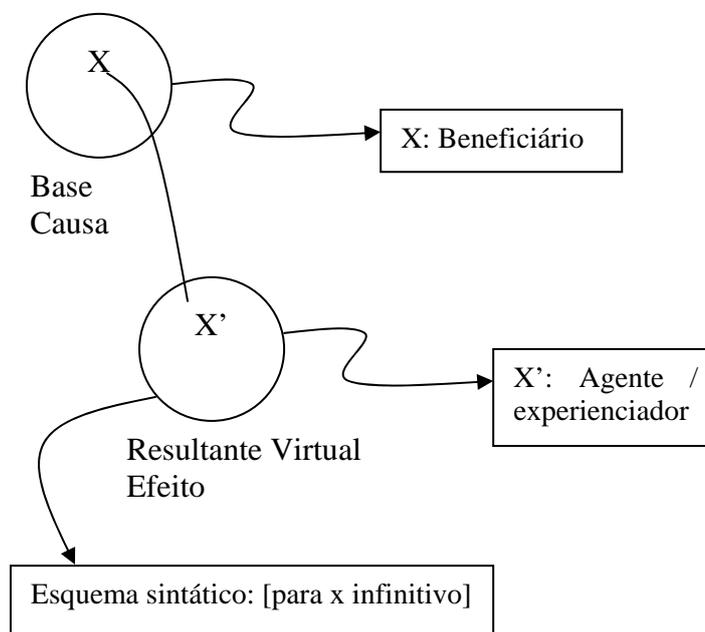


Figura 4: A Construção do espaço resultante virtual pelo DCI

2. As instâncias do DCI no Português Brasileiro

Definidas as características da Construção, passaremos a apontar as particularidades de suas diversas instâncias, arrolando exemplos de cada uma delas, todos retirados do *corpus* do PEUL/UFRJ³. Ao levantarmos os dados, observamos que as ocorrências do DCI podem ser agrupadas em cinco tipos diferentes, os quais apresentaremos a seguir.

O primeiro tipo de instância, representado em (7), da construção é aquele em que há um verbo transferencial cujo complemento oblíquo, regido pela preposição *para*, é o agente do verbo infinitivo da oração seguinte.

- (7) Entrei em casa, a minha mãe: “Ai, meu filho!” Beijou, **serviu o café para mim dormir**, eu fui dormir. (PEUL/UFRJ – 38m18a2emcurs)

A construção com os verbos transferenciais pode ainda vir marcada pela existência de um pronome oblíquo átono, também dativo⁴, anteposto ao verbo. Em tais casos – (8) – ocorre uma marcação redundante do beneficiário do verbo *dar*, mas, da mesma forma que nos demais casos, o esquema *para x infinitivo* continua a introduzir a idéia de um beneficiário que é ao mesmo tempo agente ou experienciador.

- (8) (Inq) Mas você vai ver, daqui a uns... uns aninhos aí, ele está formando e tudo!
 (Ent) É, se Deus quiser! Só quero que Deus **me dê saúde para mim ver** ele formado.
 (PEUL/UFRJ – 16f56a4efcomp)

Quanto ao segundo grupo de instanciações da construção, podemos afirmar que há casos em que o esquema semântico de um verbo não-transferencial se funde ao esquema da construção, conforme previsto por Goldberg (1995). Dessa forma, o esquema de significado do verbo molda-se ao da construção, sendo que aquele passa a possuir um complemento oblíquo que também é sujeito do verbo seguinte, mesmo que sua valência não prevesse, a princípio, um complemento deste tipo. Se por um lado, a construção empresta ao verbo seu esquema de seleção argumental, por outro, o verbo modifica o esquema semântico da construção, acrescentando ao mesmo elementos que antes não estavam presentes. Em (9), por exemplo, o verbo *batalhar* acrescenta à construção a idéia de que, para que o beneficiário experienciador de fato receba o objeto da transferência, é necessário que o mesmo transponha alguns obstáculos.

- (9) Eu vou lá e **batalho aquela matéria para mim saber** e o resto eu vou acompanhando.
(PEUL/UFRJ – 38m18a2emcurs)

Encontram-se também nos dados ocorrências de verbos tornados transferenciais em que o objeto do verbo finito é nulo, mas recuperável anaforicamente pelo contexto. A enunciação em (10) é um exemplo desses casos. Nela podemos notar que o objeto – a ficha de crediário – do verbo *assinar* não vem manifestado, mas é perfeitamente recuperável pelo contexto. É possível notar também neste caso a dependência referencial entre os pacientes presentes no esquema da construção, já apontada anteriormente.

- (10) Eu comecei a trabalhar, minha mãe foi para mim, fiador, **assinou para mim abrir**, para comprar só esse relógio. (PEUL/UFRJ – 21m20a8efcomp)

O DCI pode ainda estar ligado a um esquema transferencial que se sustenta através da Metáfora do Conduto. Tais ocorrências acontecem quando o verbo finito ao qual se liga a construção em estudo é um verbo proposicional. Isto porque, conforme Lakoff e Johnson (2002), conceptualizamos o processo comunicativo como uma transferência de informações por meio de um canal ou conduto. Assim, o enunciador – agente do verbo proposicional – seria a origem da transferência, a mensagem seria o objeto paciente transferido, o meio corresponderia ao caminho percorrido e o receptor seria o alvo da transferência.

Nestes casos, vide (11), os verbos proposicionais introduzem objetos que são espaços mentais, ou seja, aquilo que é falado ou pedido é um outro evento que passará a ser conceptualizado pelos envolvidos no processo interativo.

- (11) **Falou para mim não fazer mais isso**, para mim, **para mim olhar**, descer devagar, ir pelo cantinho. (PEUL/UFRJ – 55m13a7efcurs)

O terceiro e o quarto grupos de instanciação da Construção em questão constituem-se de exemplos em que o esquema sintático do DCI aparece topicalizado e não está necessariamente ligado a um verbo transferencial ou a um verbo que foi tornado transferencial pelo esquema de papéis da construção. Nestes casos, como (12) e (13) ilustram, é possível

reconhecer orações que estabelecem com o contexto uma relação mais focada na noção da existência de um beneficiário, ou que favorecem mais a idéia de finalidade.

- (12) **Para mim não machucar ele**, eu virei para a calçada. (PEUL/UFRJ – 57f10a1efcurs)
(13) Não, claro, dar umas olhadinhas assim, até que não faz mal a ninguém. Mas eu não gosto não. Para depois, por exemplo, “Vim pedir namoro”, **para mim dizer não**, não é? Vai pegar até mal. (PEUL/UFRJ – 63f12a7efcurs)

Essa afirmação tem como consequência o fato de que a construção do Dativo com Infinitivo restringe-se, na realidade, ao esquema *para x infinitivo*, sendo que este pode ligar-se, por mesclagem, a tipos diferentes de construção com o intuito de estabelecer um beneficiário agente ou experienciador em um evento resultante virtual e/ou indicar a noção de finalidade da oração infinitiva. Assim, o DCI pode funcionar na língua como uma construção autônoma, não estando necessariamente ligado à valência do verbo finito, mas sim a todo o contexto de produção do enunciado.

Em ambos os exemplos acima não é possível fazermos a ligação dos elementos em destaque a um verbo finito especificamente, porém, podemos notar em todos a noção de beneficiário ou prejudicado de uma dada ação ou estado. Em (12) temos que o enunciador relata ter virado para a calçada com o intuito de não machucar outrem. A princípio pode parecer que o beneficiário da ação em questão seria justamente este outrem, mas, por outro lado, machucar alguém não é algo que, normalmente, é bom para as pessoas.

Similarmente, em (13) a enunciativa afirma que não aprecia ficar dando esperanças aos homens para que não tenha que dizer não a um pretendente, ou seja, para que não tenha que passar pelo constrangimento que é gerado em situações como esta. Logo, ela é beneficiária desta situação de autopreservação, inferível pelo contexto. Resumindo, em todos os exemplos, podemos notar que há um sujeito que pratica ou experiencia uma ação e que se beneficia ou é prejudicado pela situação como um todo.

Tais exemplos assemelham-se muito com aqueles que encontramos no Latim, rotulados com o nome de Dativo Agente que, segundo Ernesto Faria, “indica que existe uma obrigação para tal pessoa, sendo comumente usado com o gerundivo.” (FARIA, 1958, p.353)

Ernout e Thomas nos fornecem explicações mais detalhadas sobre o que seria o Dativo Agente, ou *dativus auctoris*. Segundo os latinistas franceses,

Este termo – em grande parte impróprio – designa o emprego do dativo como complemento da passiva ou de formações ligadas a esta.

a) Dativo complemento do adjetivo verbal em *-ndus*: trata-se de um dativo de interesse indicador da pessoa a quem uma dada obrigação se destina: Pl. Am. 891: *faciendum est mihi illud... quod illaec postulat* “ele me faz fazer aquilo que ele pede”, literalmente “há para mim uma coisa a fazer”... (ERNOUT & THOMAS, 1953, p.74)

Além da possibilidade de se ligar a um Gerundivo – adjetivo verbal em *-ndus* – o Dativo Agente também podia funcionar como complemento do particípio passado passivo e, posteriormente, teve seu uso estendido aos tempos do infectum entre os poetas e prosadores do período imperial (ERNOUT & THOMAS, 1953, p.74). Os autores franceses explicam, por

fim, que tal emprego do Dativo ocorre quando “o dativo é literalmente um dativo de pessoa interessada. Mas a pessoa interessada era também, ao mesmo tempo, o Agente.” (ERNOUT & THOMAS, 1953, p.74)

Como podemos notar, os gramáticos em questão já reconhecem haver no Latim a acumulação de funções de beneficiário – ou, nas palavras dos mesmos, interessado – e agente em um único elemento formal. Os exemplos citados poderiam facilmente ser traduzidos como um caso de DCI. Ao invés de dizermos que *‘ele me faz fazer aquilo que ele me pede’* ou *‘há para mim uma coisa a fazer’* podemos dizer que *‘é pra mim fazer o que ele pede’* ou ainda *‘ele pede pra mim fazer as coisas’*. Acreditamos, inclusive, que tais traduções respeitam mais a estrutura original latina, uma vez que a construção em questão construía-se com gerúndio, forma nominal que, conforme Faria, substituía o gerúndio quando este deveria acompanhar o dativo. O mais interessante porém é o fato de que, em Latim, o gerúndio era uma flexão do infinitivo, empregada quando este não estava acompanhando formas nominativas. (FARIA, 1958, p.458). Sendo assim, temos que, em última instância, era o gerúndio uma forma de expressão do infinitivo, tendo permanecido, no Português, esta última.

Vejam-se os exemplos⁵ a seguir:

- (14) *Occlude sis fores ambobus pessulis iam ego hic ero discrucior animi, quia ab domo abeundum est mihi.* (PLAUTO, Aul., I, 105)

Neste verso da Aululária, de Plauto, Euclião, após ser obrigado a deixar sua casa e, conseqüentemente, a vigília constante de sua panela recheada de moedas, para ir buscar uma moeda de prata que o presidente de sua cúria prometera dar a cada um dos membros, diz a Estáfila, a escrava, que não permitisse a entrada de qualquer pessoa em sua casa e amaldiçoa o fato de ter de se afastar de seu tesouro. As traduções que encontramos evitam o uso do DCI e apresentam-se, em grande parte como a que se segue, feita por Walter de Medeiros e publicada pela Editora da UnB:

- (15) São as penas do inferno que eu sinto na alma, só por ter de sair de casa. E – raios! – é bem contra vontade que eu saio.

Porém, assim como argumentamos acima, é possível, e nos parece inclusive mais próximo da Construção original latina, traduzir o referido verso como *‘só porque é pra mim sair de casa’*.

O mesmo se dá com os trechos a seguir, em que apresentamos, na primeira linha, o texto latino; na segunda, a tradução proposta pelos gramáticos e, na terceira, a tradução proposta por nós:

- (16) *Tibi cauendum censeo.* (PLAUTO, Cas., 411)
Penso que te debes acautelar. (FARIA, 1958, p.353)
Penso que é para ti tomar cuidado.
- (17) *Tibi consulatus quaerebatur.* (CÍCERO, Ver., 3, 43)
Tu buscavas o consulado. Ou, existia para ti a busca do consulado. (ERNOUT & THOMAS, 1953, p.75)
Era para ti buscar o consulado.

Além de se assemelhar formalmente ao DCI, a construção latina também compartilha com este seu esquema semântico. Da mesma forma que o nominal dativo em Português, o Dativo Agente acumula as funções de beneficiário e agente em Latim. Pode-se afirmar ainda que subjaz à construção um esquema transferencial, chamado pelos latinistas de obrigação. As traduções propostas que dizem existir algo para alguém demonstram claramente esta noção de transferência, que, em uma segunda análise, se converte em finalidade, assim como observamos nos exemplos do Português.

Considerada a autonomia do DCI em relação ao verbo finito, resta-nos apresentar a última instanciação desta construção, qual seja aquela em que o esquema construcional em caso se mescla a uma outra construção que indica possibilidade. Estamos falando de casos como os representados em (18) e (19), nos quais a construção do verbo *dar* sem complemento direto introduz a idéia modalizadora de possibilidade ou de capacidade, conforme descreve Salomão em sua tese de doutoramento. Tal modalização é também sustentada pelo esquema transferencial que permeia outras instanciações do DCI, porém, nestes casos, conforme afirma Sweetser (1990), conceptualiza-se a existência de uma barreira no trajeto da transferência. A menor ou maior possibilidade de transposição desta barreira é o que determina o grau de possibilidade indicado pelo modalizador.

- (18) A bicicleta não é muito boa não, sabe? Não é boa não, mas **está dando para mim passear**. (PEUL/UFRJ – 02m16a4efcomp)
(19) Eu não conseguia aí quem levava mais castigo era eu, porque um dia só para fazer aquilo tudo, ainda tinha dever para fazer, que eu estudo em duas escola, particular e pública, aí **não dava para mim fazer tudo** ao mesmo tempo. (PEUL/UFRJ – 58m10a2efcurs)

Em ambos os casos citados por nós, é fácil identificar as barreiras metafóricas às quais Sweetser se refere. Em (18), temos que o fato de a bicicleta não ser boa, na opinião do enunciador, é colocado como uma barreira transponível, enquanto que, em (19), dado o fato de o enunciador estudar em duas escolas, uma particular e uma pública, e dado o tempo que esta prática lhe ocupava, temos que a barreira foi de fato um impedimento para a realização dos deveres de casa.

Neste caso da mesclagem do DCI à expressão modalizadora *dá para*, assim como em todas as demais instanciações analisadas, mantêm-se as três características básicas do esquema semântico da construção, quais sejam o beneficiário agente ou experienciador, o evento resultante virtual e a noção de finalidade. Tal fato reforça nossa afirmativa de que todos esses exemplos variados são, na realidade, uma amostra das diversas possibilidades de uso de um mesmo esquema construcional, indicado pelo esquema formal *para x infinitivo*.

3. Contraposições à análise gerativa

Feita a análise da construção, passaremos a propor um diálogo com a Teoria Gerativa e sua forma de explicar a construção que tanto nos interessa. Segundo os gerativistas, a instanciação estigmatizada do DCI configura-se no gerativismo como um exemplo de

Marcação Excepcional de Caso (ECM – da sigla em inglês para Exceptional Case Marking⁶). Em situações com esta, o Sujeito tem seu Caso excepcionalmente – daí o nome – checado fora do SF que o contém (RADFORD, 1997:86-87), ou seja, os argumentos de um dado Núcleo são checados, para caso, por outro Núcleo diferente (MIOTO ET AL, 1999:122-23).

Assim Mioto e sua equipe de linguistas gerativistas (MIOTO ET AL, 1999) propõem a existência de duas construções diferentes: (a) uma, cujo esquema sintático é *para eu infinitivo*, e (b) outra com a configuração *para mim infinitivo*. Segundo os mesmos autores, as duas construções apresentam uma diferença marcante que reside no fato de o Verbo Infinitivo ser ou não flexionado, afirmando que esta é uma característica tão importante para a diferenciação das construções quanto a marcação morfológica de caso nos Pronomes. Isto porque no caso de *para eu infinitivo* – Figura 5 – há no SF² um Infinitivo Pessoal, capaz de atribuir Caso Nominativo ao Pronome por ser [+agr] e um SC vazio, entre o núcleo P e o spec-SF, que quebra a adjacência entre eles, impedindo a ocorrência de ECM. Já quando ocorre o pronome *mim* – Figura 6 –, o Complemento do núcleo P é o SF², ficando o Pronome adjacente à preposição, o que restaura a localidade, e sendo o Infinitivo impessoal, portanto [-agr], o mesmo não é capaz de atribuir ao Pronome Caso Nominativo.

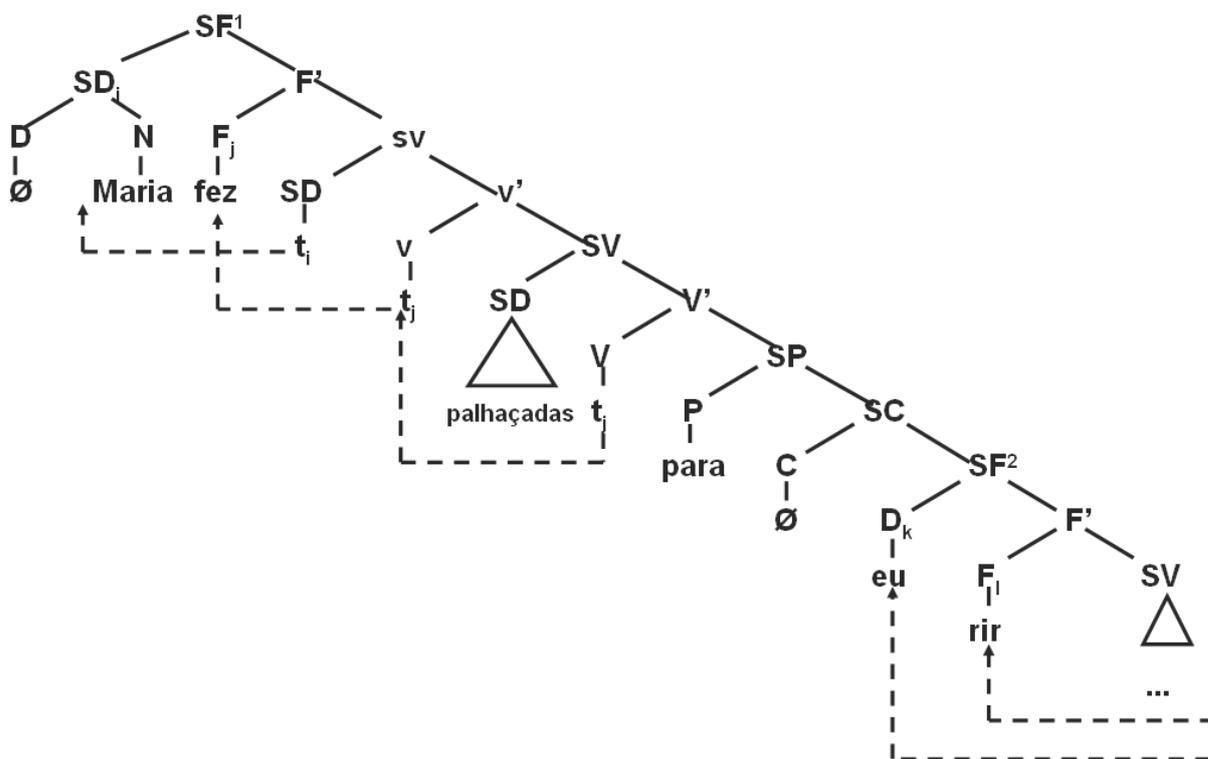


Figura 5 – Marcação Canônica de Caso.

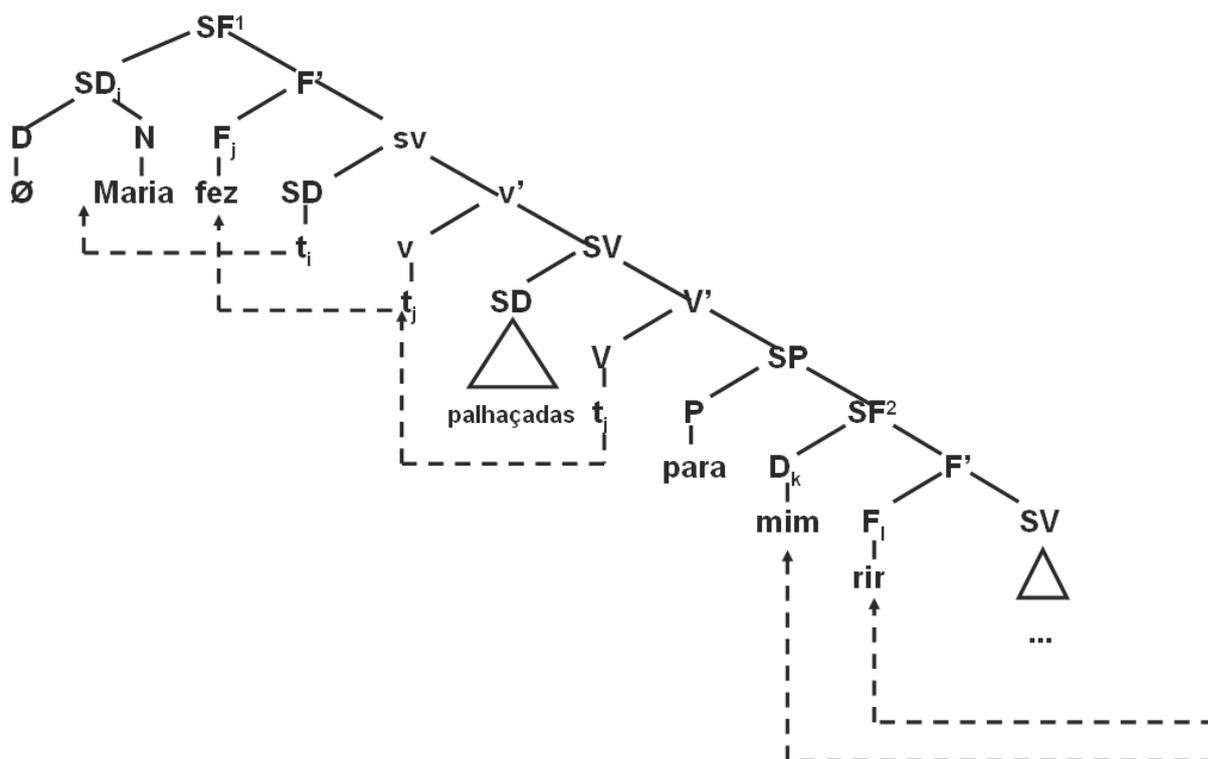


Figura 6 – Marcação Excepcional de Caso

Se buscarmos nessa proposta uma explicação para o problema, chegaremos a uma argumentação circular. Afirmaremos que o infinitivo nas construções com o pronome nominativo é pessoal porque atribui caso nominativo ao pronome e que ele está no nominativo porque o infinitivo é pessoal e, portanto, [+ agr]. Ou então, afirmaremos que há um SC vazio entre o núcleo P e o SF² porque a preposição não está atribuindo caso oblíquo ao pronome e que a preposição não atribui caso oblíquo por estar o SF² bloqueado por um SC.

Mesmo que consideremos as outras evidências da existência do SC vazio – principalmente aquela que diz haver para a oração infinitiva uma contraparte desenvolvida com verbo finito no subjuntivo e com um C *que* – veremos que trata-se de uma construção completamente diferente. E ainda que nos satisfizéssemos com as justificativas para conceber as estruturas que representamos nas Figuras 5 e 6, ainda assim tais explicações não nos diriam nada sobre os aspectos semânticos destas construções.

Além disso, não acreditamos ser possível postular a existência de duas construções diferentes – uma com o nominativo e outra com o dativo – porque, na nossa opinião, a ausência de marcação morfológica não é razão que desconfigure o esquema da construção proposta em nossa hipótese: o próprio esquema formal se encarrega de marcar sintaticamente, através da preposição, o caso dativo. Evidência desta marcação sintática pode ser encontrada nos dados do Programa de Estudos dos Usos da Língua (PEUL/UFRJ), nos quais há a ocorrência de pronomes nominativos de P2 como sujeitos de infinitivo, porém, sem haver a

concordância que, segundo a análise de Mioto et al. (1999), deveria ser promovida pelo traço [+ agr] carregado pelo nominativo.

- (20) Aí minha mãe falou: Isso é lição... eu falei **para tu não sair** de casa e tu saiu. (PEUL/UFRJ – 55m13a7efcurs)
(21) Estava com escopeta, esses negócio... rifle. Aí, chamou ele: Vem cá **para tu pegar** teu dinheiro. Aí ele foi. (PEUL/UFRJ – 64m14a8efcurs)

Quando estendemos a análise da configuração sintática do DCI a outras pessoas do discurso, encontramos casos de variação na relação de concordância entre *x* e o infinitivo nas pessoas do plural, o que pode ser verificado nos exemplos abaixo:

- (22) Mas a água, eu não sei nem quando eles vão botar a caixa agora. Ih... tem tanta coisa **para eles botar** ainda. (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)
(23) A primeira coisa que ia fazer, ver, assim... o pessoal que mora em favela, procurar fazer de tudo **para eles ficarem** melhor. (PEUL/UFRJ – 22f17a2emcurs)
(24) Aí meu pai fez uma outra casa **para nós botar** aquelas bagulhada assim, não é? (PEUL/UFRJ – 50f8a2efcurs)
(25) Vamos respeitar cada um. Vamos ajudar a nos compreenderem **para nós compreendermos** também. (PEUL/UFRJ – 48f52a3emcomp)

Note-se que temos, ao mesmo tempo, casos em que ocorre a concordância entre o pronome e o infinitivo e casos em que isso não se dá. Essa variação na concordância não é exclusividade da construção do DCI, conforme podemos ver nos exemplos em (26) e (27). Ao que nos parece, ela está ligada ao grau de escolarização do indivíduo, apesar de sabermos que uma análise quantitativa desse fator deva ser levada a cabo visando à confirmação desta especulação.

- (26) Mas tem **uns que irrita**, inventa fofoca do nosso nome... **Eles fala** umas coisa que não é verdade. (PEUL/UFRJ – 06f18a4efcomp)
(27) A maior parte dos meus amigos sabem o que **eles querem** da vida. (PEUL/UFRJ – 22f17a2emcurs)

Isto posto, não acreditamos que existam duas construções diferentes, conforme o postulado por Mioto et al., ou seja, não aceitamos o fato de haver uma construção em que o dativo ocorra com infinitivo inflexionado, diretamente dentro do SF, e outra em que o nominativo ocorra com infinitivo flexionado, dentro do SC. Postulamos a existência de uma única construção, o DCI, a qual possui o esquema sintático *para x infinitivo*, tal que *x* possa ser um pronome, um nome ou sintagma nominal, ou ainda um elemento PRO, conforme vimos nos exemplos de (1) a (4), no início do texto.

Quanto à concordância do infinitivo, não pensamos que ela seja um fator possível de ser analisado enquanto marcador sintático da construção, já que pudemos comprovar a sua variabilidade nos usos da língua. Conforme dissemos anteriormente, temos indícios que nos levam a crer que, nos casos em que ocorre a concordância, ela se deva ao processo social de variação lingüística exercida pelos enunciadores citados. Isto porque nossas evidências do

Latim apontam para uma regra de não concordância entre a forma nominal – que, para o caso do Latim, era o gerundivo – e o dativo, o que reforça a idéia de que a concordância supostamente seja influência da normatização da língua e do ensino da variedade padrão sobre a configuração sintática do DCI.

Logo, pensamos que o elemento distintivo da análise gerativista – a concordância – seria menos um marcador de uma oposição estrutural do que um elemento expressivo de uma variação morfológica. Porém, todas estas afirmações ainda são altamente especulativas e merecem ser comprovadas em trabalhos posteriores, usando-se o instrumental adequado.

Em suma, acreditamos estar equivocada a descrição proposta pela Teoria Gerativa para a construção do Dativo com Infinitivo. A análise que propomos neste trabalho, além de resolver a questão sintática, através do esquema construcional – *para x infinitivo* – que pode se mesclar a outras construções, ainda elucida as questões semânticas envolvidas nos usos deste esquema. Conforme dissemos anteriormente, o uso do DCI – seja com Pronomes, Nomes, Sintagmas Nominais ou PROs – estabelece a presença de um beneficiário, tanto em relação a um dado evento representado por um verbo finito, quanto em relação ao contexto como um todo. Tal beneficiário possui ainda uma condição de existência peculiar, uma vez que o esquema do DCI introduz um espaço mental que se apresenta como uma possível resultante – ou finalidade – relacionada ao que é expresso pelo verbo finito ou ao contexto como um todo.

Conclusão

Desenvolvemos neste trabalho uma análise sociocognitivista da construção de Dativo com Infinitivo que se contrapõe fortemente à análise gerativista dada à mesma construção. Em linhas gerais, propusemos uma análise sustentada por dados reais de fala e legitimada por evidências históricas – algo relativamente novo, se não inédito, na Lingüística Cognitiva – a qual contempla os seguintes pontos:

- (i) O DCI é uma construção, cujo esquema sintático é *para x infinitivo*;
- (ii) A posição de *x* pode ser ocupada por vários tipos de nominais, sejam eles pronomes dativos, pronomes nominativos, nomes, sintagmas ou elementos PRO;
- (iii) A ocorrência de pronomes dativos na posição de *x* é apenas uma forma de reforçar morfológicamente a atribuição de caso dativo a este elemento, a qual é feita sintaticamente através da preposição *para* e denunciada, a princípio⁷, pela ausência de concordância deste elemento com o infinitivo, conforme ocorria em Latim com o gerundivo;
- (iv) Por ser uma construção, o DCI pode mesclar-se a outras construções, tais como as transferenciais e aquelas com o modalizador *dá para*;
- (v) O DCI não precisa estar necessariamente ligado a um verbo transferencial finito;
- (vi) Por ser uma construção, o dativo com infinitivo possui elementos semânticos próprios que o diferenciam de outras construções da língua, quais sejam, o estabelecimento de um beneficiário agente ou experienciador em um espaço

mental que representa a resultante virtual de uma dada ação ou do contexto, e a noção de finalidade emergente em seu esquema de significado.

ABSTRACT: The Dative with Infinitive construction is recognized, syntactically, by the scheme *para x infinitivo*, and, semantically, by the existence of an element in which the roles of beneficiary and agent or experiencer are compressed and blended; by a semantic frame which points to an event which is a virtual resultant of an action or context, and by the emergent notion of purpose. The analysis is developed considering Goldberg's Construction Grammar and also of the Blending Theory.

Key-words: Dative-with-Infinitive Construction; Constructions; Socialcognitivism; Blending; Portuguese.

Notas

- ¹ Na literatura considerada, *domínio* designa, *grosso modo*, aquilo que também se trata como *frame*: estruturas organizadas de memória, na forma de *cenos conceptuais* (mais especificadas ou mais genéricas); enquadramentos comunicativos destas mesmas cenos; molduras interacionais. Não é por acaso que o termo *frame* seja usado por Minsky (para tratar de *esquemas conceptuais*), por Fillmore (para tratar, irrespectivamente, de *esquemas lexicais* ou *semânticos*) e por Goffman (para referir *arranjos entre papéis comunicativos*, no curso de uma interação).
- ² Sempre que nos referirmos a construções neste trabalho, o faremos com base nos conceitos apresentados por Goldberg (1995), que, seguindo o caminho teórico previamente trilhado por Fillmore, Kay, Lakoff e outros partidários da Linguística Cognitiva, define que “C é uma Construção sse C é um par forma-sentido <Fi, Si> de tal forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não é estritamente preditível a partir das partes componentes de C ou a partir de outras construções previamente estabelecidas”. (GOLDBERG, 1995, p.4)
- ³ Agradecemos ao Programa de Estudos sobre Os Usos da Língua – PEUL – da Universidade Federal do Rio de Janeiro por nos ter cedido o corpus do Censo de Variação Linguística.
- ⁴ Estamos tratando a forma *me* como dativa, e não acusativa, com base no que afirma Coutinho, em sua *Gramática Histórica*, quando escreve, a cerca da história dos Pronomes Dativos que, que “*mi, forma arcaica átona, deu a atual me, o que explica a função de objeto indireto que pode desempenhar esta variação pronominal*”. (COUTINHO, 1976:253)
- ⁵ Todos os trechos latinos citados o foram conforme constam nas obras de Faria e Ernout e Thomas citadas na bibliografia. A única exceção é o verso 105 da *Aululária*, cuja citação provém da edição da *Les Belles Lettres*, uma vez que a citação contida na gramática de Faria não condizia com esta última.
- ⁶ Resolvemos adotar a sigla em inglês para a marcação excepcional de caso, diferentemente do fizemos para os demais rótulos do gerativismo – tais como SFs e SDs – por não havermos encontrado na literatura referências à mesma sigla em português.
- ⁷ Conforme explicamos anteriormente, ainda são necessários mais dados para comprovar nossa hipótese de que a concordância do Infinitivo com o elemento em *x*, *em português brasileiro contemporâneo*, seja devida à escolarização daqueles que a realizam.

Referências

ERNOUT, Alfred & THOMAS, François. *Syntaxe Latine*. 2.ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1953;

- FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958;
- FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. Blending as a central process of grammar. In: GOLDBERG, Adele. *Conceptual Structure, Discourse and Grammar*. Stanford, Ca.: CSLI, 1996, p. 113-30;
- _____. *The Way We Think – Conceptual Blending and The Mind’s Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002;
- FILLMORE, Charles. “Topics in lexical semantics.” In: COLE, P. *Current Issues in Linguistic Theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1977 b;
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da Vida Cotidiana*. Trad. Vera Maluf. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002 [1980];
- MANDELBLIT, Nili. “Grammatical Blending: Creative and Schematic Aspects in Sentence Processing and Translation.” Tese de Ph.D., Universidade da Califórnia, San Diego, 1997;
- MIOTO, Carlos et al. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999;
- PLAUTO. *A Comédia da Marmita*. Trad. Walter de Medeiros. Brasília: Editora da UnB, 1994;
- RADFORD, Andrew. *Syntax – A minimalism introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997;
- SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da Construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v.3, n.1, p. 61-79, jan./jun. 1999;
- _____. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v.1, n.1, p. 23-39, jul./dez. 1997;
- _____. *O Processo Cognitivo da Mesclagem na Análise Lingüística do Discurso*. Juiz de Fora / Rio de Janeiro: UFJF / UFRJ / UERJ – CNPq, 1999 (Projeto Integrado de Pesquisa – Grupo Gramática e Cognição);
- _____. “Polissemia, aspect and modality: the case for a cognitive explanation of grammar”. Tese de Ph.D., Universidad ad California, Berkeley, 1999;
- SWEETSER, Eve. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990;
- _____. Grammaticalization and Semantic Bleaching. *Proceedings of The Fourteenth Annual Meeting of The Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, Ca: UC Berkeley, 1988;
- TALMY, Leonard. Force Dynamics. *Conference on Language and Mental Imagery*, Berkeley, Ca: UC Berkeley, 1981;
- _____. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science*, vol. 2, p. 49-100, 1988;